



NOTAS SOBRE O IMPACTO DA CRISE ECONÔMICA NO MERCADO DE TRABALHO CATARINENSE (2015-2017)

Texto para Discussão: 01/2018

Eduardo Pinho Moreira

Governador do Estado de Santa Catarina

Romanna Remor

Secretária de Estado da Assistência Social, Trabalho e Habitação

Reginete Panceri

Secretária Adjunta de Estado da Assistência Social, Trabalho e Habitação

Thales Sander Piovesan

Diretor de Trabalho, Emprego e Renda

Juliana Menezes da Cunha

Gerente de Políticas de Trabalho e Emprego

Elaboração:

Leandro dos Santos

Sociólogo

Pietro Caldeirini Aruto

Economista

1. Introdução

A grave crise econômica vivenciada nos últimos anos trouxe impactos nocivos ao mundo do trabalho. Entre abril de 2015 a janeiro de 2017, assistiu-se no Brasil uma sequência ininterrupta de 22 meses com perdas no mercado de trabalho formal. Nesse período de aproximadamente dois anos, foram fechados cerca de 3 milhões de vínculos com carteira assinada, conforme dados do CAGED/MTB. A queda de 7% do PIB, ocorrida no biênio 2015-2016, associado à instabilidade política-institucional, fez com que muitas famílias fossem expostas a uma maior vulnerabilidade.

Resguardado as peculiaridades locais, historicamente constituídas, o contexto de retração econômica vivenciada no país não deixou de repercutir no estado de Santa Catarina. O presente estudo visa justamente mapear tal conjuntura. O objetivo é oferecer uma visão geral sobre as mudanças quantitativas que afetaram a estrutura do mercado de trabalho estadual tendo como pano de fundo geral o cenário nacional.

O texto está estruturado em mais duas seções, além da introdução e das considerações finais. Na primeira, discute-se a crise econômica no Brasil e seus desdobramentos em Santa Catarina destacando o comportamento conjuntural dos principais setores econômicos (indústria, comércio e serviços) e do mercado de trabalho como um todo. Posteriormente, analisa-se o a questão a retração das ocupações em Santa Catarina a partir de 2015 no mercado formal de trabalho.

2. A crise econômica de 2015-2017

Os fatores associados à recessão econômica de 2015-2016 estão ligados, por um lado, à desaceleração da economia desde 2010 e, por outro, à política econômica promulgada a partir de final de 2014. Evidentemente, não cabe nesse texto expor detalhadamente como esses fatores se desenvolveram¹, mas sim, destacar que a recessão econômica se espalhou praticamente sobre todos os setores da economia brasileira. A única exceção é a agropecuária que desde 2015 apresenta algum dinamismo, sobretudo devido à parcial retomada dos preços internacional das commodities.

¹ Para uma análise mais aprofundada, em termos econômicos e políticos, ver em PINTO, Eduardo Costa et al. A Guerra de Todos Contra Todos: a crise brasileira. XXII Encontro Nacional de Economia Política, 2017, Campinas. **Anais eletrônicos** ... Campinas, 2017.

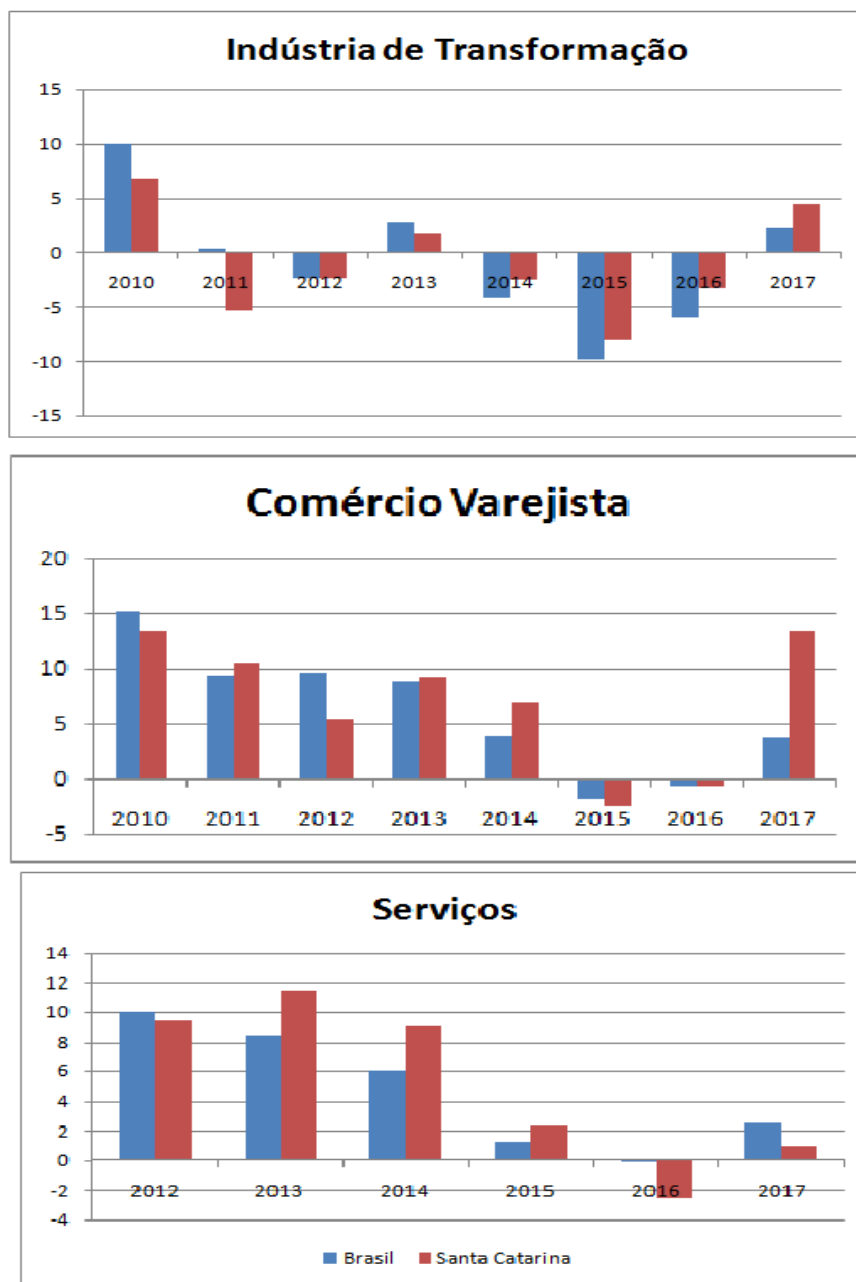
Depois de acumular dois anos de resultados negativos, em 2017 a economia brasileira apresentou um crescimento econômico, ainda que muito baixo (1%), fruto do comportamento da agropecuária (e do agronegócio, de modo geral) e também de medidas pontuais de estímulo ao consumo das famílias (como a liberação de parcelas do FGTS, por exemplo). Diante do baixo patamar e da circunscrição desse crescimento, ao invés de uma recuperação, observa-se uma estagnação da economia brasileira.

Apesar das especificidades, a economia catarinense segue e reflete a dinâmica brasileira, dada a importância do mercado nacional, a trajetória dos agregados macroeconômicos e da política econômica. Para o período pós-2015, é possível vislumbrar comparativamente o comportamento da economia catarinense e brasileira a partir das pesquisas da produção física da indústria e da receita nominal do comércio varejista e serviços, conforme figura 01. Percebe-se que o cenário econômico a partir de 2015 em Santa Catarina é levemente melhor que o nacional no setor da indústria de transformação e comércio varejista, por sua vez os serviços apresentaram um resultado aquém do nacional.

Ainda que os dados econômicos vistos não permitam uma análise consolidada sobre o impacto da crise em termos de valor adicionado para todo o período, a hipótese é que Santa Catarina inicialmente tenha tido uma queda do produto em um patamar ainda maior que o Brasil para, em seguida, apresentar uma melhora nos indicadores, a partir de meados de 2016. Ainda assim, deve-se enfatizar que o período é marcado por uma grave recessão, seguida por uma estagnação. Trata-se de uma análise comparativa entre resultados negativos do ponto de vista dinâmico². Nada indicando, pois, um descolamento da economia catarinense da economia nacional.

² Soma-se o fato, ainda, que os dados setoriais conjunturais vistos dizem respeito ao nível de atividade como um todo, mas não podem ser diretamente associados à geração de valor adicionado, como é o caso das Contas Regionais/IBGE.

Figura 01: Variação (em %) acumulada nos últimos doze meses em dezembro da produção física da indústria de transformação, da receita nominal do comércio varejista ampliado e receita nominal de serviços – Brasil e Santa Catarina, 2010-2017

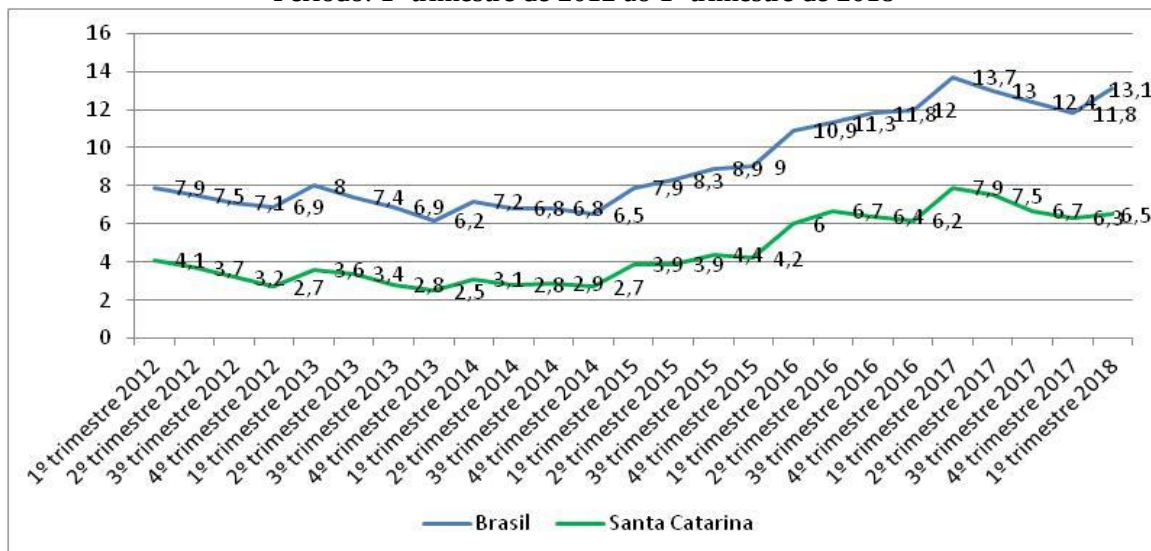


Fonte: PIM-PF; PMC; PMS/IBGE; Elaboração própria.

Isso pode ser visto no caso do mercado de trabalho como um todo. Conforme a gráfico 1, pode-se observar como, de modo geral, a taxa de desemprego aberto no estado no período destacado tem a metade do patamar existente no país. Apesar do hiato, as duas linhas seguem trajetórias equivalentes. A melhor situação do mercado de trabalho ocorreu nos trimestres de 2013-2014. Em Santa Catarina, o percentual de pessoas procurando

emprego sobre o total da PEA (Pessoas Economicamente Ativa) esteve abaixo de 3%; no Brasil, chegou a alcançar 6,2% no último trimestre de 2013.

Gráfico 1: Taxa de desocupação, Brasil e Santa Catarina (em %)
Período: 1º trimestre de 2012 ao 1º trimestre de 2018



Fonte: PNADC/IBGE. Elaboração própria.

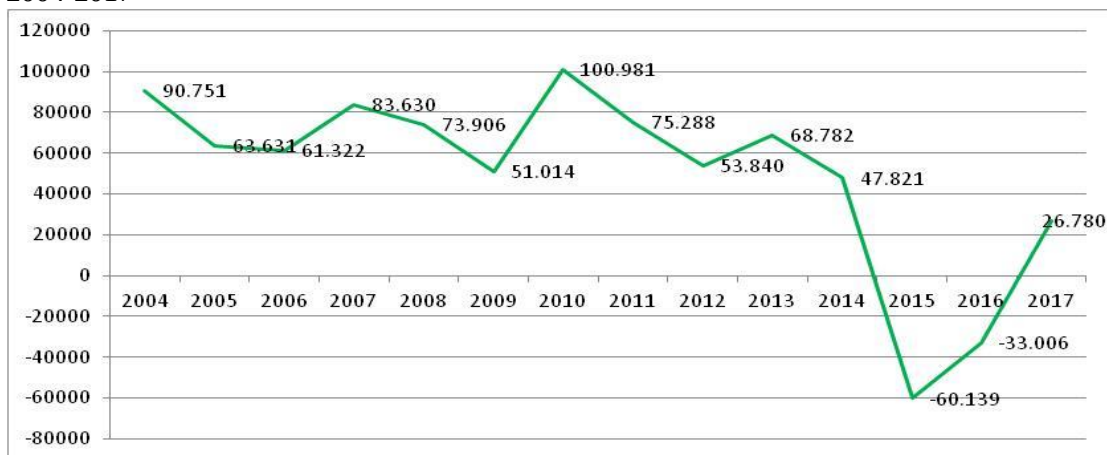
Com o aprofundamento da crise econômica, esse cenário é revertido drasticamente. Ainda que se considere o menor patamar em território catarinense, a taxa de desocupação no estado igualmente seguiu uma trajetória de elevação. Nesta direção, o percentual de desempregados atingiu 7,9% no 1º trimestre de 2017, o mais alto patamar dentro da série histórica. Em números absolutos, isso significou o montante de 297 mil pessoas com 14 anos ou mais de idade procurando emprego em Santa Catarina. A partir de então, a taxa de desocupação em Santa Catarina se estabiliza em um patamar levemente inferior.

Dessa forma, o impacto da crise brasileira sobre o mercado de trabalho catarinense foi intenso. Para averiguar como ele se refletiu nos setores e regiões do estado catarinense, a seguir, detalham-se o comportamento dos vínculos de trabalhos, destacando os setores e as mesorregiões catarinenses.

3. O mercado de trabalho formal catarinense

Após dois anos consecutivos de desempenho negativo no mercado de trabalho formal, situação em que as demissões superaram em muito o número de novas admissões com carteira assinada, o ano de 2017 fecha o ano com dados positivos em Santa Catarina. No entanto, conforme gráfico 2 abaixo demonstra, apesar da criação de 26.780 novos vínculos então, a geração de empregos esteve bem abaixo da média história anual, bem como se mostrou insuficiente para a recuperação das perdas ocorridas no biênio 2015-2016.

Gráfico 2: Saldo líquido (admissões menos demissões) de empregos formais - Santa Catarina, 2004-2017



Fonte: CAGED/MTB. Elaboração própria.

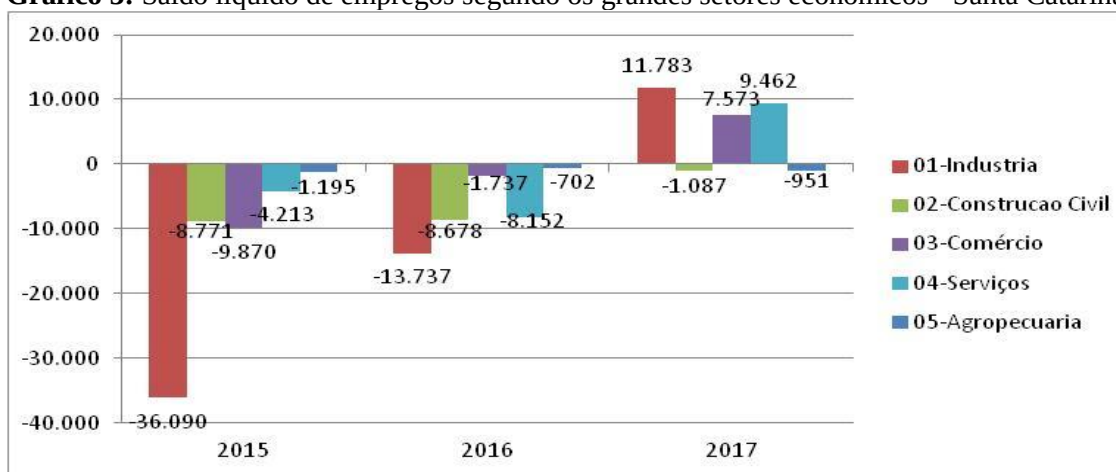
Como ilustra o gráfico 3, entre os anos de 2015 e 2016 (até o presente o período mais agudo da crise econômica), todos os setores de atividade econômica apresentaram desempenho negativo no que se refere à geração de empregos formais no estado catarinense. Em números absolutos, o pior resultado ocorreu na indústria, com o fechamento de 49.827 postos. Em seguida, com -17.449 vínculos, a construção civil foi o setor que mais sentiu os efeitos da crise nesse biênio.

Mesmo em 2017, quando em termos globais o mercado de trabalho voltou a apresentar números positivos, a construção civil continuou anotando redução de postos de trabalho (-1.087 vínculos). Mesma situação vivenciada na agricultura de Santa Catarina, que permaneceu anotando com números negativos (-951). Quanto aos demais grandes

setores (indústria, serviços e comércio), estes voltaram a registrar números positivos no ano passado.

No entanto, sem exceção, todos os grandes setores da economia permanecem com números negativos quando se contabiliza o resultado acumulado nos últimos três anos: indústria (-38.044 vínculos de emprego; uma variação de -5,3% em termos relativos); construção civil (-18.536; variação de -17,6%); comércio (-4.034; variação de -0,9%); serviços (-2.903; variação de -0,3%) e agropecuária (-2.848; variação de -6,3%).

Gráfico 3: Saldo líquido de empregos segundo os grandes setores econômicos - Santa Catarina



Fonte: CAGED/MTB. Elaboração própria.

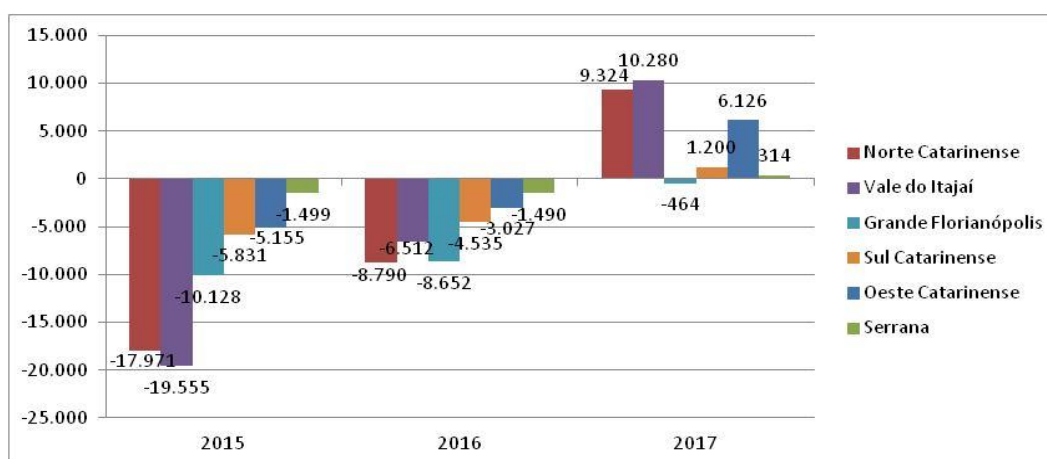
Mais especificamente, dos vinte e cinco subsetores econômicos em Santa Catarina, apenas seis alcançaram resultados suficientes para superar as perdas ocorridas no mercado de trabalho no período. É o caso da indústria de produtos alimentícios (+4.278), serviços médicos/odontológicos/veterinários (+3.822), comércio atacadista (+808), ensino (+248), instituições de crédito/seguros/capitalização (+22) e administração de imóveis/imobiliários (+14). No acumulado do último triênio, portanto, todos os demais permanecem com desempenhos negativos no que se refere à capacidade de geração de empregos formais. No total, entre os anos de 2015/2017, foram -66.365 vínculos de emprego, o que significou, em termos proporcionais, uma redução de 3% no tamanho do mercado de trabalho formal.

Do ponto de vista regional, seguindo a classificação do IBGE, Santa Catarina está subdividida em seis mesorregiões. Em ordem decrescente de participação no mercado

de trabalho formal, segundo dados da última edição da Relação Anual de Informações Sociais – RAIS (referente ao ano de 2016, e que incluem os vínculos de servidores estatutários), estas são: Vale do Itajaí (região que detém a maior participação do emprego formal no estado, com 26% do total de vínculos); Grande Florianópolis (22% dos vínculos); Norte Catarinense (com 19%); Oeste Catarinense (17%); Sul Catarinense (12%); e Serrana (que detém a menor proporção de empregados formais, com 4%).

Conforme demonstrado no gráfico 4, no biênio 2015/2016, o impacto da crise foi sentido em todas as mesorregiões de Santa Catarina. Em 2017, com exceção da Grande Florianópolis, todas as demais regiões voltaram a registrar desempenho positivo na geração de empregos. Mesmo assim, a quantidade de postos criados se mostrou insuficiente para a recuperação das perdas no período mais duro da crise econômica para o mercado de trabalho.

Gráfico 4: Saldo líquido de empregos segundo as mesorregiões – Santa Catarina



Fonte: CAGED. Elaboração própria.

Em números absolutos para todo o período, a Grande Florianópolis foi a região que no acumulado do triênio mais perdeu postos no mercado de trabalho formal: -19.244 vínculos de emprego. Logo atrás, resultados expressivos foram sentidos no Norte Catarinense (com -17.437) e Vale do Itajaí (-15.787). Em termos proporcionais ao tamanho do mercado de trabalho de cada região, isto é, na relação sobre o estoque de empregos vigentes no início do período, a região Norte foi onde se registrou a maior redução, uma

variação de -4% no número de empregos, seguido da Grande Florianópolis (-3,9%), Sul Catarinense (-3,3%), Vale do Itajaí e Serrana (-2,7%) e Oeste (0,5%).

Considerações finais

O objetivo desse estudo temático foi apresentar uma visão geral do impacto da recessão de 2015-2016 sobre o mercado de trabalho catarinense. O estudo procurou apontar os condicionantes da crise da economia brasileira sobre a economia e o mercado de trabalho catarinense, por meio de dados oficiais secundários disponibilizados pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) e pelo Ministério do Trabalho e Emprego (MTB).

Foi visto que a recessão econômica de 2015-2016 foi causada por fatores externos e internos. Em um primeiro momento, a economia catarinense sofreu fortemente as consequências, tendo em vista a queda de participação do PIB de Santa Catarina no PIB Nacional em 2015. A partir de então, os dados secundários setoriais apontam, ainda que não de forma conclusiva, que a economia catarinense apresenta indicadores levemente superiores aos nacionais, mas nada que permita afirmar que se trata de uma recuperação.

Quanto ao mercado de trabalho, o período como um todo é marcado por uma maior vulnerabilidade laboral. Santa Catarina, apesar de possuir uma taxa de desocupação historicamente em menor patamar relativamente ao Brasil, apresenta um crescimento na taxa de desocupação entre final de 2014 e 2017 bem acima do país como todo. Esse comportamento está associado ao nível sem precedentes na série histórica de demissões de vínculos formais de trabalho. De fato, a redução no nível de ocupações formais no período 2015-2017 foi praticamente generalizada por todo Estado e em todos os setores. A exceção a esse movimento foi pontual, como visto, ligado a indústria alimentícia e comércio atacadista.

Apesar dos recentes números positivos, a geração de empregos com carteira de trabalho assinada em Santa Catarina não foi suficiente para superar os resultados dos anos anteriores. Esse fato se agrava diante da conjuntura econômica que aponta uma estagnação da economia. Nesse sentido, as políticas públicas sociais, de trabalho e renda são um importante instrumento para, senão superar, ao menos mitigar a vulnerabilidade social das trabalhadoras e dos trabalhadores em Santa Catarina.